



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A PSICOLOGIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTERPOSIÇÕES JUNTO A PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS NA APAE DE CAMPINA GRANDE - PB.

Mônica Valéria Araújo dos Santos (1); Betânia Maria Oliveira de Amorim (2)

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

valeriamonica88@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por finalidade ponderar acerca das mediações da Psicologia no âmbito da educação inclusiva, junto aos pais e amigos dos sujeitos considerados excepcionais, no contexto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, localizada na cidade de Campina Grande- PB. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, empreendida a partir de uma revisão da literatura, seguida da realização de uma entrevista semi-estruturada com dois profissionais de psicologia atuantes na referida instituição. Nessa perspectiva, se buscou depreender a respeito das intervenções realizadas no sentido de desconstruir junto aos pais e amigos desses sujeitos discursos e práticas que os colocam numa posição de inabilidade, retirando-lhes quaisquer possibilidades de disposição ativa, anulando a participação plena e efetiva dos mesmos na sociedade. Observou-se a pertinência do profissional de psicologia interposto nesse ambiente em prestar serviços de assistência psicológica, não apenas aos sujeitos excepcionais, mas aos pais e amigos que os acompanham no processo, de forma a propiciar condições favoráveis ao desenvolvimento e vivência em sociedade. Nesse sentido, esta pesquisa intentou evidenciar as práticas do psicólogo no contexto escolar voltadas aos sujeitos excepcionais, apontando suas possíveis implicações para estes, bem como as possibilidades de mediação do profissional de psicologia nesse cenário. Foi percebido que o principal desafio enfrentado pelos profissionais de psicologia são oriundos das famílias dos sujeitos excepcionais, que os percebem e definem como "incapazes", sendo necessário que se realize uma conscientização dos familiares.

Palavras-Chave: Psicologia; Educação Inclusiva; Intervenção; Sujeitos excepcionais.



INTRODUÇÃO

A educação inclusiva se constitui enquanto um desafio para o nosso sistema educacional com fins de garantir os direitos de todas as pessoas que nela vivem. Viver no sentido pleno da palavra significa conviver, compartilhar, desfrutar, participar, relacionar, interagir, trocar, o que continua sendo negado para um número significativo de crianças, jovens e adultos com algum tipo de deficiência (IBGE, 2007).

Ao pensarmos a constituição do espaço escolar na atualidade nos remetemos às implicações estruturais interpostas nesse ambiente, em especial no que tange a sujeitos que apresentam limitações de ordem física e/ou psíquica. A educação inclusiva se configura enquanto um processo contínuo e gradativo, que visa a inserção de todos os sujeitos de maneira igualitária, não podendo haver tratamento diferenciado em razão de características "deficitárias". Desde o final do século XIX, as políticas públicas vem se mobilizando em prol dos sujeitos que apresentam diferenças cognitivas, físicas e/ou comportamentais. Esses sujeitos receberam diversas definições em diferentes épocas ("idiotas", "deficitários", "deficientes", "portadores de deficiência" "retardados", "especiais", "excepcionais"), sendo hoje denominados como Pessoa com Deficiência.

O Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência definiu através da portaria 2.344, publicada neste mês, qual é o termo correto para o tratamento das pessoas com necessidades especiais. Por lei, elas devem ser tratadas como Pessoa com Deficiência. Foi retirado oficialmente do termo a palavra "portador". (GOVERNO FEDERAL, 2015)

A integração de pessoas com deficiência no âmbito social é algo bastante complexo. Basta observarmos a forma como se estrutura a nossa sociedades para nos darmos conta de que não são propiciadas condições favoráveis para sujeitos diferentes. Os mais diversos setores sociais não dispõem de recursos que possibilitem a vivência adequada dos mesmos. No tocante à instituição escolar, observamos que na realidade pública inexistente uma prática que possa ser definida como inclusiva, visto que não há estrutura física nem profissional adequada. De fato, as escolas de ensino regular não podem recusar-se a matricular nenhum aluno, independente das condições que ele apresente o que não implica, entretanto, que haja inclusão dos mesmos. Entendemos que quando



não são oferecidas circunstâncias oportunas de acesso à educação não podemos considerar que haja inclusão.

A APAE é uma instituição de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, estando comprometida em contribuir com a construção da educação inclusiva, concebendo esta enquanto necessária e fundamental para a inclusão social. A APAE de Campina Grande é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, parte integrante de uma rede nacional, movida por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras - públicas e privadas - para a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social.

No decorrer deste trabalho será ponderado acerca da importância das observações realizadas na referida instituição, bem como a propalação efetuada junto aos profissionais da área de psicologia, com o objetivo de apreender acerca das repercussões resultantes da observação. Por ser a escola um ambiente favorável para que se (re)pense a interposição do psicólogo escolar, faz-se necessária a construção de pesquisas e reflexões acerca deste campo de atuação, para que se possa colaborar com o diálogo estabelecido entre psicologia e educação, de maneira a vigorar a atuação profissional no contexto da instituição escolar. Nesse sentido, o presente estudo torna-se de fundamental importância à medida que buscou conhecer e discutir a atuação de psicólogos voltada para o contexto educacional de sujeitos excepcionais. Como fora enfatizado anteriormente, os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada aplicada a dois psicólogos escolares atuantes na referida instituição.

Os resultados evidenciaram que os pais e amigos dos excepcionais assistenciados pela APAE de Campina Grande necessitam de conscientização em relação ao trato com os sujeitos que apresentam algum tipo de deficiência. Práticas de superproteção, falta de investimento e descrédito em relação aos sujeitos foram observadas. No que tange aos psicólogos, foi percebido que estes engendram suas atividades como diversificadas, circundando alunos, professores, família e demais profissionais. Todavia, é importante salientar que foi observada que há uma desarticulação entre o que se concebe na teoria e na prática profissional, dado que em alguns momentos os profissionais relataram exercerem funções não condizentes com o que seria seu papel/sua prática profissional. Assim, são atribuídas aos mesmos funções inadequadas, ao passo que o trabalho junto a pais e amigos de sujeitos excepcionais não vem sendo realizado de maneira efetiva. Foram apontadas objeções para a prática do psicólogo, como a falta de assistência por parte do poder público, bem



como a resistência dos familiares dos sujeitos excepcionais que acabam impondo diversas impossibilidades para que o trabalho seja realizado.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, onde foi realizada uma pesquisa bibliográfica seguida de um levantamento de dados (recolhidos por meio de observação e entrevista com os profissionais aqui descritos), com o objetivo de inferir a respeito do exercício do profissional de psicologia no contexto da educação na rede pública de ensino. Silva (2008), argumenta que a metodologia deve ser aplicada em uma pesquisa iniciando pela formulação do problema, das hipóteses levantadas, resultando na determinação do universo ou a da amostra. Geralmente, utiliza-se mais de um método na realização da pesquisa. Para Gil (2009), a metodologia deve explanar acerca do meio pelo qual se chegou à seleção da amostra e coleta de dados. Assim, optou-se por utilizar como metodologia a observação e a entrevista semiestruturada.

Inicialmente foram estudadas relevantes teorias que contemplam o "fazer da psicologia" escolar e educacional, em especial no tocante à educação pública e inclusiva, de maneira que fosse possível depreender acerca de qual seria o papel do psicólogo no contexto da educação especial (de ensino inclusivo). Em seguida foi definida a data da visita a ser realizada na APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, localizada no bairro do Catolé, no município de Campina Grande, Pb. Trata-se de um estudo, de natureza exploratória (desenvolvida com o objetivo de obter uma visão geral sobre determinado fato), onde foram coletados dados referentes ao mês de junho de 2015 por meio de um roteiro para levantamento de dados disponibilizado pela Professora da disciplina de Práticas Integrativas em Psicologia I, como referencial para o diálogo com os profissionais da referida instituição.

Para nortear a obtenção de informações, foi elaborada uma entrevista semiestruturada, contendo dez perguntas relativas à atuação do profissional de psicologia no contexto da escola. Gil (2009), descreve a entrevista como sendo uma técnica em que o pesquisador se apresenta ao pesquisado e dirige-lhe perguntas, com o intuito de obter os dados interessantes à pesquisa. Ao término do procedimento, os dados coletados foram analisados e discutidos em sala, intercalando-se o que foi observado às teorias estudadas.



Uma teoria que ofereceu suporte para que pudéssemos compreender o trabalho realizado na APAE foi a do Interacionismo Sociodiscursivo. De acordo com Machado (2004), na década de 1980 a teoria do interacionismo sociodiscursivo (ISD), criada por Jean-Paul Bronckart, começou a ganhar espaço, tornando-se relevante, tendo origem no interacionismo social pensado por Vygotsky. A teoria proposta por Bronckart, parte de uma ciência do humano que sofre influência das teorias filosóficas, psicológicas, linguísticas e didáticas. Machado (2004) argumenta que apesar de Bronckart ter rejeitado o behaviorismo, se utilizou da metodologia dessa corrente, o que pode ser observado em seus trabalhos. O interacionismo sociodiscursivo (ISD) é uma abordagem que compreende a linguagem como um fenômeno social e histórico, como uma “produção interativa relacionada às atividades sociais, sendo ela um instrumento por meio do qual os elementos que interagem lançam pretensões à validade pertinentes às propriedades do meio em que essa atividade se potencializa.

Segundo Bronckart (1999), o ISD partilha de três princípios do interacionismo social: Primeiramente em relação à problemática da construção do pensamento humano consciente e o fato de que essa problemática deve ser tratada paralelamente à construção do mundo, dos fatos sociais e das obras culturais, os processos de socialização e individuação concebidos como vertentes indissociáveis do desenvolvimento humano. O segundo princípio, apontado por Bronckart, questiona se as Ciências Humanas devem respaldar-se na filosofia (de Aristóteles a Marx) e preocupar-se ao mesmo tempo com questões de intervenção prática. Já o terceiro princípio aponta as problemáticas centrais de uma ciência do humano, considerando que elas acarretam relações de interdependência entre os aspectos psicológicos, cognitivos, sociais, históricos, culturais e linguísticos. Considerando a ideia defendida por Vygotsky, segundo a qual a linguagem tem papel fundamental no desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos seres humanos, o grupo de pesquisadores do ISD dedicou-se ao estudo do funcionamento dos textos/discursos, bem como ao processo de sua produção. Nesse sentido, ISD tem como unidades de análise: a linguagem, as condutas ativas e o pensamento consciente.

Segundo Bronckart, a atividade de linguagem é, ao mesmo tempo, o lugar e o meio das interações sociais constitutivas de qualquer conhecimento humano, sendo estas interações sociais, especialmente verbais, segundo reguladoras e mediadoras da cooperação dos indivíduos na atividade, o que seria, para Habermas o "Agir Comunicativo". Desse modo, a teoria de Brockart utiliza-se do conceito de Habermas para descrever a atividade de linguagem em funcionamento nos



grupos humanos, onde a língua é tida como uma organização social que, através de uma construção histórica permanente, estrutura-se a partir de signos, os quais são postos em uso na representação dos aspectos objetivos, subjetivos e sociais que envolvem o sujeito.

Paviani (2011) aponta a relevância do "aprender por conta própria", chamando a atenção para a "importância dos processos que constituem o ato de aprender em relação ou não ao ato de ensinar" (p. 59). Nesta perspectiva "O aprender não é apenas um *a posteriori* do conceito de ensinar, mas é o conjunto de ações das práticas pedagógicas que se dão concomitantemente e num *continuum*" (p. 59). Assim, as pesquisas atuais do ISD, de maneira geral, estão voltadas para as relações entre práticas de linguagem, atividade e ação, onde a aprendizagem aparece relacionada ao processo de ensino, presentes na interação professor/aluno. Nessa perspectiva, afirmamos a importância de se considerar o saber que os sujeitos "carregam em si", considerando-os capazes de posicionarem-se ativamente no processo de aprendizagem, aspecto ignorado por alguns pais acompanhados durante o processo de observação na APAE.

Nessa perspectiva, vale salientar a importância do profissional de psicologia atentar para os diversos aspectos que envolvem o sujeito, dado que o desenvolvimento do pensamento teórico em relação à atividade é a chave que possibilita ao mesmo extrapolar a sua cotidianidade, apropriando-se do conhecimento resultante de sua atividade com o objetivo de dominar procedimentos socialmente elaborados, a exemplo do que ocorre através da leitura. Esse processo de aprendizagem por meio da interação pôde ser observado na visita realizada à APAE, onde é realizado o atendimento ao sujeito em situação de deficiência, objetivando trabalhar a autonomia do mesmo, focando não em suas incapacidades, mas nas suas potencialidades. Ouvindo os vários relatos proferidos pelos profissionais entrevistados, verificou-se que o aprendizado é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, existindo relações complexas entre o desenvolvimento e o aprendizado, sendo necessário haver uma maturação do organismo individual para que, posteriormente, haja uma interiorização das funções psíquicas superiores. Foi possível apreender, da fala da psicóloga, sobre a relevância da interação que as crianças estabelecem com seus outros para que ocorra o seu desenvolvimento. Também fora relatada pelos profissionais a dificuldade de se trabalhar com alguns sujeitos em decorrência da resistência de pais e amigos que os acompanham, principalmente em se tratando de sujeitos que não verbalizam. É, portanto, por meio da linguagem que o sujeito interage, adquirindo lugar no mundo, na realidade, produzindo sentido, posicionando-se. Porém, no caso de impossibilidade de comunicação verbal, os



responsáveis pelos sujeitos acabam por decidirem por eles, convertendo-os em figura passiva e subordinada aos desígnios de outrem.

No entanto, muitos pais e amigos (acompanhantes) dos sujeitos não permitem que estes desenvolvam suas capacidades. Observou-se relações de superproteção, descrédito e falta de investimento por parte dos pais e amigos acompanhados, bem como a falta de uma intervenção efetiva do profissional de psicologia na conscientização dos mesmos. Os sujeitos com deficiência são inseridos na APAE para serem acompanhados a fim de desenvolverem habilidades (linguísticas, motoras, cognitivas), mas em determinados casos os acompanhantes não favorecem uma inserção integral desses sujeitos, considerando-os incapazes. Trata-se uma lógica mantida que caracteriza o diferente enquanto "anormal", não passível de integrar-se ao que seria uma vivência "normal". Assim, os sujeitos são inseridos, porém não incluídos, já que suas limitações passam a ser tidas como impossibilidades. Torna-se de fundamental importância, nesse contexto, uma intervenção da Psicologia junto aos sujeitos com deficiência, pais e amigos e demais profissionais envolvidos nesse processo.

A inclusão escolar faz parte de um movimento de inclusão social de todas as pessoas que, ao longo da história, foram discriminadas, segregadas, marginalizadas, permanecendo à margem da convivência social. Esses grupos foram excluídos dos ambientes sociais públicos, sendo consideradas pessoas inferiores, incapazes de um tratamento igualitário por divergirem da maioria. Esse processo de exclusão social pode ser verificado em diversos setores sociais, inclusive na escola. Conforme elucidado na introdução, a luta pela inclusão social dos sujeitos com deficiência remonta o final do século XIX, quando passou-se a mobilizar forças em favor de mudanças significativas no trato com esses sujeitos. Atualmente o apelo ao respeito à diversidade se fortalece e cresce no mundo todo, no que diz respeito à educação, se enfatiza a necessidade de que a escola possa atender a todos os alunos, com qualidade, ensinando valores humanos, sem estabelecimento de rótulos e sem classificações discriminatórias.

O psicólogo é um profissional que propaga um trabalho interdisciplinar com ênfase nas relações interpessoais, proporcionando lugar para a elaboração de práticas conjuntas com educadores e demais profissionais da escola, de maneira que se possa produzir espaços de diálogos para que os problemas experimentados na instituição possam ser pleiteados e compartilhados na busca de soluções, de maneira que se possam estabelecer novos olhares acerca das práticas, evitando estereótipos e rótulos em relação aos sujeitos escolares. Nesse sentido a área de Psicologia



Escolar tem desenvolvido nos últimos anos uma importante discussão em relação à atuação do psicólogo no campo educativo, em busca de perspectivas que superem modelos individualistas e médicos que permearam o campo educacional, o que reflete a tentativa de romper padrões tradicionais da teoria e prática profissional.

Na APAE observou-se que é realizado um trabalho multidisciplinar, onde diferentes profissionais atuam simultaneamente dando subsídio para a abordagem integral do sujeito, o que é fundamental, dado que o trabalho nessa escola passa, necessariamente, pela necessidade de um trabalho multi/interdisciplinar que envolva a comunicação entre pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, etc. Compreender essa relação é de extrema relevância para atuar na escola de forma eficaz, visto que a atuação do psicólogo se dá nas e através das interações sociais.

No contexto da APAE, observou-se que o profissional de psicologia dedica-se à criação de possibilidades de ação para que o sujeito exerça participação e convivência social. Para tal, são realizadas intervenções tendo em vista as condições de existência de sujeitos reais, inseridos em situações sociais diversas e que necessitam de uma atenção diferenciada, voltada para a complexidade de cada caso.

Diferentes concepções sobre a educação inclusiva estiveram presentes nas falas dos profissionais atuantes na APAE. Alguns argumentaram mais especificamente acerca da inclusão social, enfatizando o respeito à diferença ou à diversidade, mas nenhum citou a importância do trabalho a ser realizado juntos aos pais e amigos, embora argumentassem sobre as resistências encontradas nos mesmos. Nesses termos, a educação inclusiva, ao contribuir para a superação da segregação de alguns grupos sociais, abre possibilidades de se desenvolver resistências individuais e coletivas ao preconceito. Observando o trabalho realizado na instituição, foi possível perceber que a educação escolar passa a ter uma finalidade humana, ou seja, política, quando profissionais envolvidos no processo, incluindo os familiares, direcionam a atenção para a formação da consciência que perceba as contradições individuais, psicológicas, físicas, sociais, históricas dos sujeitos. Perceber tais condições significa perceber que esse sujeito tido como "diferente" é uma concepção construída historicamente, sendo imprescindível desconstruir esse lugar de não pertencimento social.

Segundo Fávero *et. al.* (2009), a expressão "educação inclusiva" surgiu na luta de profissionais da área de educação especial e na reivindicação do ingresso de alunos, chamados de



portadores de necessidades educativas especiais (antes chamados de portadores de deficiência) nas escolas regulares, e não apenas nas escolas especiais, o que exigiu uma luta social por políticas públicas de educação que garantissem esse direito. Uma outra noção intimamente ligada à educação inclusiva é a de diversidade e diferença e a exigência de que a escola seja um espaço que acolha a pluralidade étnica, social e religiosa. No entanto, recentemente, as políticas de ação afirmativa também configuram um discurso de inclusão.

Atualmente ainda não se tem uma política inclusiva consolidada, dado que inclusão é a transformação do sistema educacional, de forma a encontrar meios de alcançar níveis que não estavam sendo contemplados, onde se possa, para além de simplesmente acolher, "conviver com". Assim, não basta possibilitar a presença do sujeito, o estar na escola, mas deve haver a participação, fornecendo-se as condições necessárias para que o aluno realmente participe das atividades escolares, interagindo e adquirindo aprendizagem. Vale salientar que o aluno pode estar presente na escola, participando e não estar aprendendo. Portanto, inclusão significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades. Neste sentido, as profissionais entrevistadas evidenciaram a ineficiência da escola regular ao acolher o sujeito excepcional, sem quaisquer possibilidades de o incluir, de fato, num sistema que assegure seu desenvolvimento integral. Para que haja comprometimento com uma educação inclusiva, a equipe escolar deve identificar as barreiras que se colocam para o processo de aprendizagem, de forma a superá-las.

CONCLUSÕES

A prática do psicólogo no espaço da escola é tida como uma forma de atuação profissional, que visa o cumprimento de seus objetivos, partindo de um olhar diferenciado para o aluno, a família, a instituição e a sociedade. A aplicação do trabalho do psicólogo escolar deve estar respaldada em assistências psicológicas, havendo articulação com as vertentes educacionais, para que seja possível articular a propagação de um processo educativo elencado no compromisso social.

Os relatos analisados ao longo da observação evidenciaram que os psicólogos entrevistados concebem suas atividades como diversificadas. O trabalho interdisciplinar foi



destacado pelos psicólogos como importante para a prática profissional, bem como o desenvolvimento de atividades integrando aluno, professores, família e demais profissionais. Entretanto, cabe salientar a desarticulação existente entre teoria e prática profissional, que pode ser observada pelo distanciamento entre o que os psicólogos relatam como sendo seu papel, e a sua prática profissional.

Evidenciamos também a ausência de um trabalho de conscientização junto a pais e amigos de sujeitos com deficiências, visto que foi observado que, muitas vezes, os mesmos restringem algumas atividades pertinentes a estes sujeitos por considerarem sem efeito, julgando-o como incapaz, o que pode prejudicar seu desenvolvimento.

A escola, numa perspectiva inclusiva, deve se preocupar com o desenvolvimento de todos os seus alunos, buscando empenhando situações de aprendizagem significativa para todos, de forma a atender as necessidades específicas de cada sujeito, assegurando condições válidas e pertinentes de acordo com as necessidades evidenciadas (SOUZA, 2009).

Pensar uma educação inclusiva, portanto, é almejar a formação de cidadãos conscientes, instruídos para a vida, perpassando os muros da escola. Assim, além de estrutura física (acessibilidade), deve haver investimento com a formação continuada dos professores, de maneira que fossem oferecidas oportunidades de aprendizagem para a pessoa com deficiência nas escolas regulares, e não apenas em escolas específicas com abordagem de educação inclusiva.

A atuação do psicólogo no âmbito escolar, em especial no que tange uma educação inclusiva, é de fundamental importância. Faz-se, portanto, necessária uma atuação contextualizada, na qual a psicologia possa mostrar suas contribuições no campo educativo. Essa ideia ganha apoio em pesquisas na área que consideram que a prática em psicologia escolar atual exige uma práxis contextualizada e uma compreensão dialética da relação entre indivíduos, enquanto sujeito de sua história, e o contexto sociocultural. Entende-se que um grande desafio para o psicólogo é o de se fazer reconhecer pela comunidade escolar como detentor de contribuições relevantes para agir como mediador do processo educativo. No entanto, esse desafio só poderá ser superado à medida que os profissionais se firmarem nesse processo e conhecerem melhor suas possibilidades de atuação para demonstrá-las à comunidade escolar e ressignificar sua atuação profissional.



Foi observado que, é esperado que o psicólogo que trabalha no âmbito educacional "dê conta do problema" não resolvido. Daí a necessidade de se repensar e reconstruir a prática psicológica voltada ao contexto educacional. Nesse sentido, torna-se urgente pensar o papel do Psicólogo Escolar, identificando os possíveis fatores que interferem no processo de desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, como também refletir sobre a "real" funcionalidade do fazer psicológico na escola, em especial no tocante à realidade da rede pública de ensino e no contexto da educação inclusiva.

A importância do fazer do psicólogo escolar fundamenta-se em atentar para as demandas dos sujeitos que abarcam o universo escolar. Nessa perspectiva, Martinez (2003) aponta que concerne a esse profissional potencializar trabalhos de orientação vocacional e profissional com alunos; trabalhar no desenvolvimento de ações preventivas; desenvolver ações com o corpo docente sobre temas pertinentes que merecem atenção na escola; realizar trabalhos com familiares; participar da construção do projeto político pedagógico da escola, dentre outras realizações. Nesse sentido, foi observado que as psicólogas atuantes nas escolas visitadas, desenvolvem de maneira eficaz suas atribuições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDALO, C. S. de A. *O papel do psicólogo escolar*. Psicol. cienc. prof. 1984, vol.4, n.1,p. 43-46 .
- AINSCOW, M. *Educação para todos: torná-la uma realidade*. In: AINSCOW, M.; PORTER, G; WANG, M. Caminhos para as escolas inclusivas. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.
- COSTA, C. R. da; SOUZA, I. E. R. de; RONCAGLIO, S. M. *Momentos em psicologia escolar*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- CUNHA, M. V. da. *Psicologia da Educação*, Rio de Janeiro, Ed.DP&A,2000.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética do Psicólogo - Resolução CFP Nº 010/05*. Disponível em www.pol.org.br, acesso em 20 de maio de 2015.
- DAZZANI, M. V. M. *A psicologia escolar e a educação inclusiva: uma leitura crítica*. Psicologia, Ciência e Profissão. Universidade Federal da Bahia, 2009, p. 362-375.
- COLL, C. *Concepções e tendências atuais em Psicologia da Educação*. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (org.) *Desenvolvimento psicológico e educação*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.21-42.



FÁVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T.; BARREIRO, D. *Tornar a educação inclusiva*.
Brasília: Unesco, 2009. p.25-54.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOVERNO FEDERAL. *Governo federal define por lei o termo correto para tratar pessoa com deficiência*. (Extraído do site <http://www.apaes.org.br/noticia.phtml/33296/GOVERNO+FEDERAL+DEFINE+POR+LEI+O+TERMO+CORRETO+PARA+TRATAR+PESSOA+COM+DEFICIENCIA.html> - Acesso em 02 de Agosto de 2016).

GUZZO, R. *Psicologia e educação no Brasil: Uma visão da história e possibilidades desta relação*.
Publicado na revista *Psicologia: teoria e pesquisa*, vol. 26, ed. 25, p.131-142.

GUZZO, R. S. L. (Org.) (1999). *Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje*. Campinas - SP:
Alínea, 144 p. ISBN 85-86491-28-4.

HECKERT, A. L. C. e BARROS, M. E. B. de. *Fracasso escolar: do que se trata? Psicologia e educação, debates "possíveis"*. *Aletheia* [online]. 2007, n.25, p. 109-122 .

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*.
Rio de Janeiro, 2007.

KUPFER, M. C. M. *Educação para o futuro: Psicanálise e Educação*. São Paulo: Escuta, 2000.

MACHADO, A. R. e colaboradores. *Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

MARTÍNEZ, A. M. (2009). *Psicologia Escolar e Educacional: compromisso com a educação brasileira*. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 13(1), 169-178.

PAVIANI, N. M. S. *Aprendizagem na perspectiva da teoria do interacionismo sociodiscursivo de Bronckart*. *REP - Revista Espaço Pedagógico*, v. 18, n. 1, Passo Fundo, p. 58-73, jan./jun. 2011.

TITON, A. P.; URNAU, L. C. & ZANELLA, A. V. *Jovem, Escola e Práticas Psi: Uma Intervenção e Algumas de suas Ressonâncias*. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez. 2006.

VIGOTSKI, L. S. *O pensamento e seu desenvolvimento na infância*. In: _____. *O Desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1998, p.49-77.